

CARTA ABERTA DOS SERVIDORES DO MPRJ AOS CANDIDATOS

Excelentíssimos membros concorrentes ao cargo de Procurador-Geral de Justiça do MPRJ

Nós, servidores e servidoras do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, vimos por meio desta carta aberta expressar as principais demandas que dizem respeito não apenas à categoria, mas ao próprio Ministério Público, função essencial à Justiça deste país.

É consenso no funcionalismo público que vivemos um dos piores contextos político-econômicos em muitas décadas. Eleitos como alvo dos mais diversos governos instituídos e a mídia brasileira, os servidores públicos são covardemente atacados cotidianamente como sendo os trabalhadores privilegiados da República e inimigos do orçamento público.

Existe uma narrativa que omite uma realidade bem diversa, em especial no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. Por aqui os servidores deste Ministério Público e demais categorias estaduais completaram seis anos amargando perdas inflacionárias que já chegam, segundo estudo encomendado pela Assemperj ao Dieese-RJ, a aproximadamente 38% no período que vai de maio de 2014 a outubro de 2020. Ademais, a Lei Complementar nº 173/2020 congelou o adicional por tempo de serviço, também conhecido como triênio, e as licenças-prêmio até o final do ano de 2021. Sequer há, vale dizer, perspectiva de recomposição salarial no âmbito do executivo estadual.

Não fosse suficiente, enfrentamos em Brasília as mais diversas reformas de caráter precarizante, todas comprometidas com a desconstituição de direitos e garantias basilares ao servidores públicos e ao funcionamento do Estado brasileiro. O fim da estabilidade, flexibilização da regra do acesso via concurso público e a extinção de benefícios de caráter indenizatórios são preocupações que devem estar na pauta do dia de qualquer membro deste parquet, em especial o próximo Procurador-Geral de Justiça, ainda que tais regras tenham vigência apenas para novos servidores.

O que está em jogo nestas políticas é a capacidade de pleno funcionamento do Estado enquanto provedor de serviços à população e a atratividade dos cargos oferecidos pelo serviço público, condição vital à excelência e credibilidade de instituições públicas como o Ministério Público. Acreditamos que servidores capacitados e valorizados fazem diferença dentro da instituição, e uma posição de vossas excelências contrária a estes projetos é fundamental para os servidores e servidoras do MPRJ.



CARTA ABERTA DOS SERVIDORES DO MPRJ AOS CANDIDATOS

Tratando de questões internas, constitui objeto de grande preocupação da categoria a ausência de limites estabelecidos à criação de novos de cargos em comissão dentro do MPRJ. Tal expansão, por meio de transformação de cargos de direção e assessoramento superior - usualmente ocupado por servidores efetivos - em cargos burocráticos de menor valor remuneratório, vem crescentemente sendo utilizadas pelas diversas chefias institucionais ao longo dos anos e contribuiu para que a nossa instituição hoje possua um quadro de servidores extraquadro (comissionados e cedidos) superior ao servidores efetivos.

Reconhecemos o valor e importância dos servidores comissionados, mas uma limitação e critérios mais objetivos precisam ser urgentemente definidos e impostos pela nova chefia eleita para que se preserve uma proporcionalidade saudável e constitucional entre as duas formas de admissão ao serviço público. Por vezes o Ministério Público atua na sua atividade-fim combatendo o uso desse expediente pelos demais poderes e a atual situação nos fragiliza e contradiz perante a sociedade.

Também cabe tangenciar nesta carta dois temas de especial relevância para os servidores e servidoras. O primeiro é uma reformulação do programa de regime de teletrabalho, hoje existente na forma de programa-piloto e majoritariamente voltado para o segundo grau da atividade-fim do MPRJ. A experiência de migração compulsória ao regime de teletrabalho nos primeiros meses da pandemia derrubou mitos sobre a expansão do programa ao revelar que diversos outros órgãos do MPRJ, inclusive da área meio, tiveram excelente adaptação a este regime. Entendemos que esta experiência precisa ser considerada para a formulação de um novo programa e por isso este é um tema grande expectativa da classe em relação ao novo PGJ.

Além disso, é necessário um compromisso de todos os candidatos com a prevenção e combate ao assédio moral, sexual e a todas as formas de discriminação. O tema do assédio moral, em especial, conta, desde 2017, com uma comissão multidisciplinar constituída por resolução, mas que, infelizmente, não teve a atenção necessária e produziu tímidos avanços no combate a esta prática que aflige servidores, estagiários e outros grupos hierarquicamente desfavorecidos. É fundamental retomar as ações neste campo e, mais do que isso, avançar para o tema da discriminação em todas as suas dimensões: gênero, raça, orientação sexual e mesmo entre classes. O compromisso com a prevenção e o combate a tais práticas é fundamental para erradicar o adoecimento no trabalho e contribuir para ambientes de trabalho mais harmônicos e produtivos.



CARTA ABERTA DOS SERVIDORES DO MPRJ AOS CANDIDATOS

Por fim, gostaríamos de expor uma antiga demanda dos servidores do MPRJ que é falta de um política de qualificação dos seus quadros por meio da capacitação interna. Hoje entendemos que o MPRJ oferece uma realidade de desincentivo à capacitação dos seus servidores efetivos, pois inexiste na instituição um programa de gestão de pessoas e gestão por competências que permita ao servidor ser valorizado por sua formação ou experiência profissional. Por outro lado, o adicional de qualificação, previsto no plano de cargos e salários da categoria, segue sem regulamentação, reforçando o desincentivo à qualificação.

Caros candidatos, gostaríamos de discorrer sobre outros temas relevantes, como ausência de regulamentação sobre o tema das remoções e permutas de servidores, a modernização da normativa sobre jornada de trabalho, acúmulo não remunerado do apoio à função eleitoral do membros pelos servidores do MPRJ, dentre outros que afligem a classe. Mas para não alongar em demasia, gostaríamos de finalizar apenas afirmando a nossa disposição sem limites para o diálogo com o futuro PGJ eleito.

Podemos divergir em diversos pontos, mas somos adeptos ao diálogo franco e respeitoso de ideias e concepções porque nós, servidoras e servidores públicos, também somos o MPRJ. Nos orgulhamos a cada acerto e nos preocupamos a cada erro de nossa instituição. Queremos o MPRJ justo e combativo, tal qual o legislador constitucional o esboçou.

Enfim, queremos um serviço público estadual forte, valorizado e eficiente. Contem conosco para trilharmos esse caminho. Boa sorte a todos os candidatos!

Associação dos Servidores do MPRJ - ASSEMPERJ
29 anos de compromisso com os servidores e com o serviço público

Sindicato dos Servidores do MPRJ - SI NDSEMP-RJ